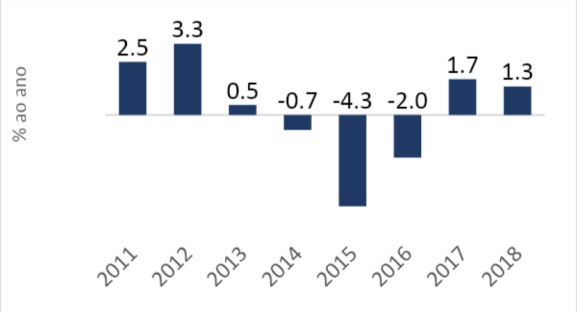
Informativo FJP
Contas Regionais | PIB dos Municípios
V. 3 N. 3 30 de março 2021

PRODUTO INTERNO BRUTO DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE BELO HORIZONTE

Gráfico 1: Taxas de variação real do PIB de Minas Gerais – 2011-2018



Fonte: CCR/Direi-FJP; elaboração própria.

No período de 2010 a 2018, e economia de Minas Gerais apresentou acentuada flutuação cíclica, grosso modo caracterizada por três fases: no início, continuidade da recuperação do nível de atividade após a grave crise financeira internacional de 2008-2009 – cujo pico seria alcançado em 2013; em seguida, a recessão de 2014-2016; no final, a fraca retomada do crescimento econômico de 2017-2018 (Gráfico 1).

As fases de expansão do nível de atividade foram praticamente anuladas pelas perdas ocorridas durante a recessão, de forma que o Produto Interno Bruto (PIB) real de Minas Gerais em 2018 estava apenas 2,1% acima do registrado em 2010; ou seja, praticamente não houve crescimento econômico ao longo do período considerado. Entretanto, ocorreram mudanças na estrutura produtiva regional tanto na perspectiva espacial, quanto na regional.

Tabela 1: Composição setorial e participação regional no Valor Adicionado Bruto – Minas Gerais – 2010-2018

%	2010	2013	2016	2018
Participação setorial da agropecuária				
No VAB de Minas Gerais	5,6	5,6	6,9	5,2
No VAB regional	0,7	0,7	0,8	0,5
Participação setorial da indústria				
No VAB de Minas Gerais	33,2	30,6	24,8	26,5
No VAB regional	37,9	35,8	28,2	30,2
Participação setorial dos serviços privados				
No VAB de Minas Gerais	46,1	48,6	50,7	51,0
No VAB regional	50,1	51,9	56,3	54,8
Participação setorial da administração pública				
No VAB de Minas Gerais	15,1	15,2	17,6	17,3
No VAB regional	11,3	11,6	14,7	14,5
Participação regional no total estadual				
Do PIB	42,4	41,8	37,2	36,8
Do VAB agropecuário	5,3	5,5	4,3	3,6
Do VAB industrial	47,2	48,0	41,8	41,7
Do VAB nos serviços privados	44,8	43,8	40,7	39,3
Do VAB da administração pública	30,8	31,2	30,6	30,6

Fonte: CCR/Direi-FJP; elaboração própria.

A Tabela 1 mostra a participação da agropecuária, da indústria, dos serviços privados e da administração pública no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia estadual e compara com sua evolução na Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte em quatro anos selecionados (2010, 2013, 2016 e 2018).

[1] Valor criado pelos processos produtivos que ocorrem em uma região, para além do gasto incorrido durante a produção com o consumo de insumos e serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs de todas as atividades econômicas com os impostos indiretos (líquidos de subsídios) que incidem sobre os produtos.

Este informativo procura descrever como a economia dos municípios da RGInt de Belo Horizonte foi afetada por mudanças estruturais que interagiram com o ciclo econômico regional no período considerado.

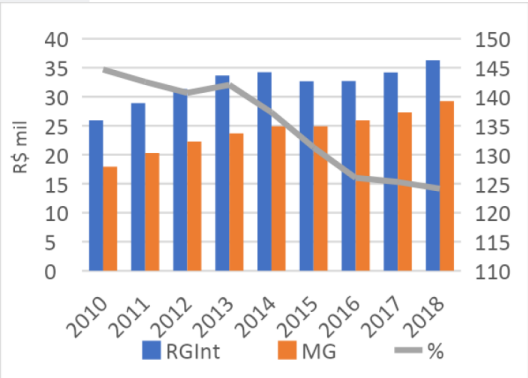
Nessa perspectiva, a desindustrialização, caracterizada pela redução da participação do VAB industrial – soma das indústrias extrativas, de transformação, das utilidades públicas e da construção – no total do VAB da economia estadual, de 33,2% em 2010 para 26,5% em 2018, desponta como elemento de maior gravidade nesse quadro analítico.

A esse respeito, vale notar que a participação do VAB industrial no total da economia tem um forte componente cíclico, com tendência ao aumento nas fases de expansão e de queda nas fases de retração do nível de atividade, do emprego e da renda. Entretanto, a fase inicial de crescimento, quando o PIB de Minas Gerais acumulou variação real de 6,4% entre 2010 e 2013, foi marcada pelo decréscimo da participação da indústria, de 33,2% para 30,6% no conjunto da unidade da Federação e de 37,9% para 35,8% na RGInt de Belo Horizonte. Na fase intermediária, a atividade econômica estadual acumulou variação real negativa de -6,8% entre 2013 e 2016, com impacto desproporcional sobre a participação do setor industrial, que se contraiu para, respectivamente, 24,8% e 28,2%. Na última fase do ciclo, entre 2016 e 2018, o PIB estadual apresentou crescimento acumulado de 3,0% e, dessa vez, verificou-se modesta recuperação da participação da indústria para, respectivamente, 26,5% e 30,2%.

Na primeira fase, a indústria perdeu participação mesmo quando a economia mineira ainda experimentava expansão, e a contribuição da RGInt de Belo Horizonte no PIB estadual oscilou negativamente de 42,4% em 2010 para 41,8% em 2013. Na segunda fase, a contribuição regional para o PIB estadual decaiu acentuadamente para 37,2% em 2016. Dessa feita, a própria contribuição regional para o VAB da indústria estadual também se contraiu desproporcionalmente de 48,0% em 2013 para 41,8% em 2016 – pois o núcleo metal-mecânico e o refino do petróleo com forte presença local foram bem mais afetados pela crise econômica do que setores produtores de bens de consumo não duráveis, menos concentrados espacialmente. Além disso, também se acirrou a perda da contribuição regional para o VAB dos serviços privados, de 43,8% em 2013 para 40,7% em 2016, inclusive porque grande parte deles se destina ao consumo intermediário da manufatura. Na terceira fase, a indústria reverteu pequena parte das perdas acumuladas no período 2010-2106, a contribuição da RGInt de Belo Horizonte para o VAB da indústria estadual se estabilizou (41,7% em 2018), mas a parcela do VAB estadual de serviços privados aí gerada prosseguiu em retração (para 39,3% em 2018).

No curto intervalo entre 2010 e 2018, portanto, ocorreram profundas mudanças na composição setorial da produção e no peso da economia da RGInt de Belo Horizonte para o total estadual. Como não poderia deixar de ser, essas transformações se refletiram na evolução de um dos indicadores-síntese do grau de prosperidade econômica de uma região ou país, o seu PIB per capita.

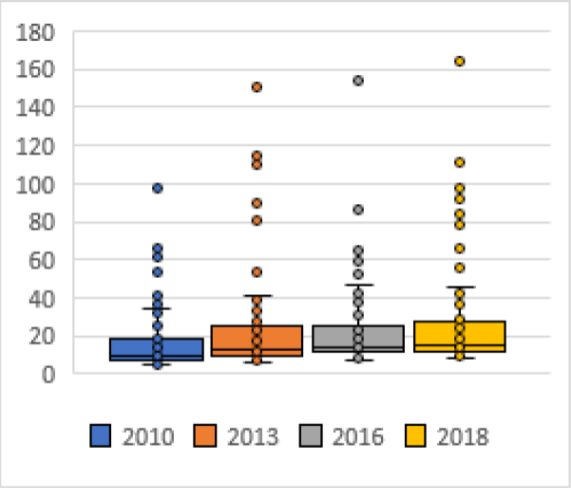
Gráfico 2: PIB per capita – Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte e Minas Gerais – 2010-2018



Fonte: CCR/Direi-FJP; elaboração própria.

Em valores correntes, o PIB per capita de Minas Gerais evoluiu de R$ 17,9 mil em 2010 para R$ 23,7 mil em 2013, 25,9 mil em 2016 e 29,2 mil em 2018. Na RGInt de Belo Horizonte, ele o fez de R$ 25,9 mil para, respectivamente, R$ 33,7 mil, R$ 32,7 mil e R$ 36,3 mil. Em termos proporcionais, o PIB per capita regional correspondia a 144,7% da média estadual no início do período considerado, em 2010; a 142,0% no final da primeira fase, em 2013; a 126,0% no final da segunda fase, em 2016; e a 124,1% no final do período, em 2018 (Gráfico 2).

Gráfico 3: Box Plot do PIB per capita – Municípios da Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte e Minas Gerais – 2010, 2013, 2016 e 2018



Fonte: CCR/Direi-FJP; elaboração própria.

O PIB per capita da RGInt embute grandes diferenças de valor em cada um dos seus municípios, o que torna relevante a análise da sua distribuição. Por um lado, 25% das cidades nessa RGInt apresentaram PIB per capita inferior a R$ 5,8 mil em 2010, a R$ 8,7 mil em 2013, a R$ 10,4 mil em 2016 e a R$ 10,7 mil em 2018. Por outro, 25% registraram valores superiores a, respectivamente, R$ 18,7 mil, R$ 25,8 mil, R$ 26,0 mil e R$ 27,2 mil.

Por sua vez, o PIB per capita mediano da RGInt de Belo Horizonte evoluiu de R$ 9,8 mil em 2010 para R$ 12,8 mil em 2013, R$ 14,3 mil em 2016 e R$ 15,1 mil em 2018 (Gráfico 3).

Além de desigual, a distribuição dos valores do PIB per capita é bastante assimétrica, com muitos valores extremos entre os municípios de renda mais elevada. Foram considerados outliers em 2010, 2013, 2016 e 2018 valores acima de, respectivamente, R$ 36,3 mil, R$ 50,5 mil, R$ 48,0 mil e R$ 50,2 mil. Confins, Mariana, Nova Lima, Betim, Catas Altas, Ouro Preto, Itabirito, Brumadinho, Itabira, Morro da Garça e Três Marias foram assim consideradas em pelo menos um dos anos selecionados.

Vale notar que a especialização produtiva dos municípios guarda forte correlação com sua posição na distribuição dos valores de seus PIB per capita. Aproximadamente metade dos 74 municípios da RGInt de Belo Horizonte tem na administração pública sua principal atividade econômica. Nesse conjunto, o valor do PIB per capita esteve abaixo da mediana em todos os anos considerados (Tabela 2).

Tabela 2: Número e PIB per capita dos Municípios da Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte segundo o principal grupamento de atividade econômica – 2010, 2013, 2016 e 2018

	2010	2013	2016	2018
Administração Pública				
PIB *per capita* (R$ mil)	6,7	9,2	11,1	12,3
Número de observações	32	31	32	36
Agricultura				
PIB *per capita* (R$ mil)	..	..	19,6	..
Número de observações	0	0	1	0
Construção				
PIB *per capita* (R$ mil)	10,6	20,9	..	..
Número de observações	3	1	0	0
Demais Serviços				
PIB *per capita* (R$ mil)	24,4	33,8	32,2	33,8
Número de observações	17	22	25	26
Eletricidade, água e saneamento				
PIB *per capita* (R$ mil)	34,7	37,5	..	..
Número de observações	1	1	0	0
Indústrias de Transformação				
PIB *per capita* (R$ mil)	33,7	25,8	54,0	59,9
Número de observações	12	7	5	3
Indústrias Extrativas				
PIB *per capita* (R$ mil)	49,9	73,2	47,0	73,7
Número de observações	8	11	9	9
Produção Florestal				
PIB *per capita* (R$ mil)	13,2	22,8	24,0	..
Número de observações	1	1	2	0

Fonte: CCR/Direi-FJP; elaboração própria.

Em Jequitibá, a agricultura foi a atividade econômica com maior participação no PIB municipal em 2016. Nesse ano, o seu PIB per capita (R$ 19,6 mil) situou-se bem acima da mediana da RGInt. Também em Jequitibá, a construção foi o principal setor de atividade em 2010, além de Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar. Em 2013, somente em Conceição do Mato Dentro, que já começava a ser afetada pelo avanço da extração mineral no município.

O grupamento de atividades “demais serviços” exclui o comércio e se caracteriza por acentuada heterogeneidade: inclui desde serviços profissionais e científicos, aluguéis e leasing, serviços financeiros, serviços das tecnologias de informação e da comunicação etc. até saúde e educação mercantis, serviços pessoais e serviços domésticos. De maneira geral, o PIB per capita do conjunto de municípios que teve nesse grupamento sua principal atividade econômica[2] esteve sempre acima do terceiro quartil da RGInt.

Três Marias teve como principal atividade econômica a geração e distribuição de eletricidade e gás, água e saneamento em 2010 e 2013 e, posteriormente, as indústrias de transformação em 2016 e 2018. De certa forma, constitui excelente exemplo da exceção que confirma a regra. No período 2010-2018, como assinalado acima, a desindustrialização foi a característica mais evidente das transformações profundas ocorridas na estrutura produtiva da RGInt e da própria economia estadual: em 2010, 12 municípios[3] tinham nas indústrias de transformação sua principal atividade econômica; em 2013, esse número se reduziu para sete[4]; em 2016, para cinco[5]; em 2018, finalmente, para apenas três: Três Marias, Betim e Juatuba.

As indústrias extrativas, particularmente no caso do minério de ferro e dos metais preciosos, fazem uso intensivo de capital e, proporcionalmente ao porte de suas operações, geram reduzida massa de rendimentos salariais. Em contrapartida, constituem base importante de receitas tributárias para a administração pública local e fonte de demanda por serviços locais. Não surpreende, portanto, que os municípios relativamente bem-dotados de recursos minerais apresentem indicadores do PIB per capita e de qualidade de vida bem acima da média. Na RGInt de Belo Horizonte, não por acaso, boa parte dos outliers na distribuição do PIB per capita teve nas indústrias extrativas grande parcela da geração de VAB local: esse foi o caso de oito municípios em 2010[6]; 11 em 2013[7] e nove tanto em 2016[8] quanto em 2018.

Felixlândia, por sua vez, se destacou pela importância das atividades de produção florestal, que geraram a maior participação setorial para o VAB local tanto em 2010 quanto em 2013 e 2016, acompanhada neste último ano por Morro da Garça, pequena cidade com menos de 2,5 mil habitantes em 2018 e cuja economia orbita em torno da própria produção florestal, da pecuária, da administração pública e dos demais serviços.

[2] Em 2018, composto por Confins, Contagem, Belo Horizonte, Sete Lagoas, Paraopeba, Sarzedo, Matozinhos, Lagoa Santa, Barão de Cocais, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Caetanópolis, Sabará, São José da Lapa, São Joaquim de Bicas, Vespasiano, Curvelo, Santa Luzia, Igarapé, Florestal, Santa Maria de Itabira, Santana do Riacho, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Corinto e Jaboticatubas.
[3] Betim, Juatuba, Sete Lagoas, Sarzedo, Matozinhos, Araçaí, Pedro Leopoldo, Caetanópolis, São José da Lapa, São Joaquim de Bicas, Vespasiano e Santa Luzia.
[4] Juatuba, Sete Lagoas, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Caetanópolis, São José da Lapa e Santa Luzia.
[5] Três Marias, Betim, Juatuba, Matozinhos e São José da Lapa.
[6] Nova Lima, Itabirito, Ouro Preto, Catas Altas, Brumadinho, Itabira, Mariana e Barão de Cocais.
[7] Além dos registrados em 2010, Sarzedo, Santa Bárbara e Igarapé.
[8] Entra na lista Conceição do Mato Dentro, saem Barão de Cocais, Sarzedo e Igarapé.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidente - Helger Marra Lopes
Vice-presidente - Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Diretora - Eleonora Cruz Santos
Coordenador Geral - Renato Vale Santos

COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS
Raimundo de Sousa Leal Filho

EQUIPE TÉCNICA
Glauber Flaviano Silveira
Lívia Cristina Rosa Cruz
Marilene Cardoso Gontijo
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Revisão - Eleonora Cruz Santos
Arte Gráfica e diagramação - Bárbara Andrade

INFORMAÇÕES PARA IMPRENSA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS
raimundo.sousa@fjp.mg.gov.br